

MERCOSUL/RAADDHH/GTP-NIÑ@SUR/ATA N° 04/06

**IV REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA A
COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS À
INICIATIVA NIÑ@SUR PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS
DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, na Sede do Ministério da Justiça, no dia 4 de dezembro de 2006, a IV Reunião do Grupo de Trabalho Permanente para a Coordenação e Implementação das Ações relativas à Iniciativa Niñ@sur para a Promoção e Proteção dos Direitos da Infância e Adolescência (GTP-NIÑ@SUR), com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Partes e das Delegações do Chile e Colômbia como Estados Associados.

A presente Ata e seus Anexos ficam *Ad Referendum* da Delegação da Venezuela, nos termos da Dec.CMC N° 4/93 e da Res. GMC N° 26/01.

Participaram em caráter de convidados os observadores da Sociedade Civil e os Organismos Internacionais relacionados aos Direitos Humanos dos Estados Partes e Associados e o representante do Instituto Interamericano Del Niño.

Os assuntos tratados na reunião foram os seguintes:

**1. CAMPANHA PÚBLICA: APRESENTAÇÃO DAS CAMPANHAS
MERCOSUL TURISMO E WCF-BRASIL**

Duas campanhas foram apresentadas. A primeira foi delineada pelas organizações WCF, Instituto Ethos e OIT e trabalha o tema enfocando as rodovias brasileiras. A segunda foi planejada pelo Mercosul Turismo e chama a atenção para as áreas críticas da exploração sexual envolvendo o turismo. Ficou acordado que a campanha unificada a ser realizada pelo Mercosul Direitos Humanos será rediscutida em março 2007, em reunião da RAADDHH no Paraguai, tendo como foco possível as cidades de pequeno e médio porte, uma vez que concentram as situações de exploração sexual.

2. MARCO LEGAL E ESTUDO COMPARATIVO: DELEGAÇÃO ARGENTINA

Apresentação da Delegação da Argentina

A Delegação de Argentina manifestou que o trabalho de sistematização está sendo realizado com dificuldade porque alguns países não enviaram as informações necessárias.

Propõe-se que os Estados Partes do MERCOSUL e os demais Associados mandem os dados para que a Delegação da Argentina possa realizar a tarefa. Argentina, Equador, Paraguai, Colômbia Uruguai, Chile e Brasil já entregaram as informações. Falta o envio por parte da Venezuela, Peru e Bolívia, o que deverá ser feito em até uma semana para o endereço niniosur@derhuman.jus.gov.ar.

A partir dos questionários enviados a delegação argentina agrupou os dados, em apresentação que ficará disponível no sítio do GT (www.derhuman.jus.gov.ar). Foi solicitado que cada país revise a compilação feita.

Conforme o acordado nas reuniões anteriores e no programa de trabalho depois que as informações forem reunidas, seria efetuado um estudo comparativo. A PPTB propõe que o Instituto Interamericano Del Niño apresente a pesquisa que está fazendo, com semelhante objetivo, para um provável trabalho em conjunto. Mediante apresentação feita pelo representante do Instituto, as delegações e o representante do IIN concordaram com o estabelecimento de uma parceria. O Instituto, junto com Save the Children deverá entregar o estudo comparativo até final de dezembro.

Ficou agendado para o dia do GT na primeira reunião no Paraguai, em março de 2007, a realização de um seminário para debate sobre o estudo comparativo e que deverá apontar no sentido da harmonização das legislações sobre direitos das crianças e dos adolescentes. Serão convidados representantes do judiciário e parlamentares dos países. Este evento poderá contar com o financiamento e cooperação técnica da Organização Internacional do Trabalho.

3. DIÁLOGO COM ÓRGÃOS E ORGANISMOS ESPECIALIZADOS MULTIREGIONAIS E REGIONAIS E COM A SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO/ OUTRAS ENTIDADES

Apresentação do Instituto Interamericano Del Niño (IIN)

As delegações trocaram idéias com o representante do IIN e fizeram perguntas sobre o trabalho. De acordo com o representante da IIN, a pesquisa começou há dois meses em parceria com a organização sueca *Save The Children*. O Objetivo é fazer uma análise das políticas públicas e leis que se relacionam com o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes em todos os países-membro da OEA.

Na pesquisa, foram incluídos dados como legislação migratória, política criminal, administração de justiça, novas tecnologias e políticas anticorrupção.

De acordo com o IIN, a pesquisa realizada tem mais categorias de informações do que o projeto que está sendo feito pelo Mercosul. Estão incluídos no projeto todos os países da América do Sul. A intenção é que o projeto esteja finalizado até o fim do ano.

As delegações do Brasil e do Paraguai solicitam que os países da América Latina tenham acesso aos dados da pesquisa para que possam checar a validade e atualizar as informações recolhidas nesses países.

A Delegação da Argentina assume a responsabilidade de revisar os dados dos estados do Mercosul e associados junto ao IIN. O representante do INN concorda com esse método de trabalho e com a parceria.

A Delegação da Argentina velará para que a informação seja atualizada conforme os questionários enviados pelas delegações.

Intervieram vários representantes da sociedade civil informando sobre a participação da sociedade civil no âmbito do MERCOSUL.

O Representante do Brasil do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes sugeriu que se incorpore os encaminhamentos e deliberações do MERCOSUL Social e do MERCOSUL Turismo; ainda, levar em conta na campanha outros focos de enfrentamento além do turismo sexual (campanha de direitos humanos).

De acordo com a representação da OIT, a organização irá financiar as passagens para os participantes do seminário, ainda que não seja realizado no Brasil. Sendo em outro país, há possibilidade também de acréscimos de recursos para viabilizar a plena execução dessa reunião. Propõe-se que a SEDH entre em contato com a OIT para viabilizar o seminário. Para tal fim Argentina propõe consultar a Sede Regional da OIT para o financiamento.

A Delegação do Uruguai sugeriu que se aproxime à discussão as entidades de defesa de mulheres. Sobre o tema, a PPTB assinalou que existe no Brasil uma Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

4. AÇÕES CONJUNTAS NAS REGIÕES DE FRONTEIRA

A PPTB assinalou que a idéia de que cada país possa apresentar um relato de como foi desenvolvido o projeto em sua área, solicitando às delegações que relatem o que aconteceu antes de março.

A Delegação do Paraguai fez a apresentação “Buenas Prácticas y Acciones en la Triple Frontera”, que consta no **Anexo III**.

A Delegação da Argentina apresentou a preocupação em assegurar a continuação das ações que vêm sendo desenvolvidas nos municípios argentinos gêmeos e ampliá-las a outras cidades fronteiriças que ainda não possuem fiscalização policial intensiva.

A Delegação do Uruguai disse estar em fase de orçamento de um projeto que apóie crianças e adolescentes explorados sexualmente. A idéia é montar até duas equipes itinerantes de médicos, psicólogos e assistentes sociais que trabalhem nas cidades de fronteira. Junto com ditas equipes haverá um trabalho da polícia para tentar diminuir a relação entre as quadrilhas de prostituição e o narcotráfico.

A Delegação do Brasil fez uma apresentação (**Anexo IV**) sobre uma visita às treze cidades gêmeas da Tríplice Fronteira realizando uma observação *in loco* dos problemas apresentados pelas prefeituras dos municípios em questão. Após o estabelecimento de um diagnóstico participativo local se fará um plano de ação específico para cada município.

Após as apresentações das delegações a PPTB abriu a reunião a comentários e perguntas. Após esse primeiro momento relacionou algumas dificuldades comuns entre os países participantes da Tríplice Fronteira, entre elas: fluxo de Informações deficiente, falta de investimento por parte dos governos locais e despreparo das equipes, clandestinidade e burla da fiscalização, problemas de responsabilização entre os governos, dificuldade do acesso à Justiça e comprometimento do poder policial.

Ainda assim a quantidade de municípios mobilizados entre os países é de vinte e três, o que corresponde a mais de 80% das metas propostas na reunião anterior.

Ao final, a Presidência sugeriu que as explanações orais feitas pelas delegações da Argentina e Uruguai sejam apresentadas por escrito para um compartilhamento efetivo das ações e desenho de novas metas.

5. PERSPECTIVAS PARA 2007

Para sanar dúvidas e compartilhar informações foi a PPTB propôs a confecção de um Boletim mensal com informações sobre o andamento dos projetos em cada país. A PPTB encarregou-se de sistematizar as informações para o próximo Boletim, ficando os próximos informativos a cargo de cada País que detenha a próxima presidência, neste caso o Paraguai.

Ao final a PPTB agendou como pauta do GT em março, além do Seminário de Estudo Comparativo, a discussão do Documento Internacional sobre crianças e adolescentes privados de cuidados parentais (ONU) e a articulação dos organismos internacionais junto ao GT

Além disto, será solicitada à RAADDHH incluir na pauta a discussão do Protocolo aprovado na última reunião do GT na Argentina.

6. PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião será junto à VII Reunião da RAADDHH em março no Paraguai.

ANEXOS

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Apresentação do Paraguai “Buenas Prácticas y Acciones en la Triple Frontera” (somente meio eletrônico)
Anexo IV	Apresentação do Brasil sobre uma visita as treze cidades gêmeas da Tríplice Fronteira (somente meio eletrônico)

**Pela Delegação da Argentina
Victoria Martínez**

**Pela Delegação do Brasil
Carmen Silveira de Oliveira**

**Pela Delegação do Paraguai
Eduardo Allende**

**Pela Delegação do Uruguai
Victor Giorgi**

MERCOSUL/RAADDHH/GTP-NIÑ@SUR/ATA N° 04/06

**IV REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA A
COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS À
INICIATIVA NIÑ@SUR PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS
DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS ASSOCIADOS (DECISÃO CMC N° 18/04)

As Delegações do Chile e Colômbia, participaram no desenvolvimento da IV Reunião do Grupo de Trabalho Permanente para a Coordenação e Implementação das Ações relativas à Iniciativa Niñ@sur para a Promoção e Proteção dos Direitos da Infância e Adolescência (GTP-NIÑ@SUR), realizada no dia 4 de dezembro de 2006, em Brasília, no tratamento dos temas da Agenda e manifestaram conformidade com relação aos mesmos.

Pela Delegação do Chile

Pela Delegação da Colômbia